

SHIS e BNH vão acabar com favelas

Para resolver o problema dos moradores das invasões, não basta apenas removê-los para novas casas, em outros pontos do Distrito Federal. Na opinião do secretário de governo do DF, Renan D'Ávila Duarte, é preciso também assegurar fontes de emprego, principalmente novas fontes, já que o maior fator atual de absorção de mão-de-obra, que é a construção civil, tende a diminuir com o progressivo estancamento do crescimento do Distrito Federal.

Nesta entrevista, Renan fala sobre um programa do BNH que lhe chamou particularmente a atenção e que, acredita, talvez possa ser implantado brevemente em Brasília. O coronel diz ainda o que pensa a respeito de uma representação política para Brasília.

JBr — Quais os resultados das reuniões que a Secretaria de Governo e a Secretaria de Serviços Sociais vêm mantendo, no que se refere ao setor habitacional?

RENAN — Há um setor que tem sido bastante desatendido e que é precisamente o constituído pelos funcionários do próprio GDF. Portanto, a Secretaria de Serviços Sociais está estudando, com a SHIS, a elaboração de um projeto que atenda a esta faixa de funcionários, fornecendo possivelmente habitações em número de 2500.

JBr — E quanto à população de baixa renda?

RENAN — A SSS juntamente com a SHIS, estão empenhadas em solucionar o problema, inspiradas, certamente, pelos resultados obtidos na reunião promovida pelo Banco Nacional da Habitação — BNH, recentemente no Rio de Janeiro, onde se retiraram subsídios altamente valiosos para a solução do problema. O BNH tem, realmente, programas que permitiriam a solução, a curto prazo, e ao alcance do poder aquisitivo dessa camada de baixa renda. São programas exequíveis, objetivos e que permitem mudar, em curto espaço de tempo, o aspecto doloroso muitas vezes, deste sistema habitacional desordenado que vai se proliferando em nossos grandes centros. É claro que a preocupação da SSS não se restringe somente ao setor habitacional. Ela tem que ir além e buscar, além da habitação, a atividade que complementa a instalação da família, não só com a habitação condigna, mas com uma atividade econômica que permita sustentar, em níveis aceitáveis, a família.

JBr — Dos projetos que o senhor conhece, qual o que lhe pareceu mais adequado ao Distrito Federal?

RENAN — Exatamente em termos de mais adequado, seria difícil a eleição porque, na verdade, são diversos projetos, cada um buscando a solução de um problema específico. Mas o que me chamou extraordinariamente a atenção foi o **Profilurb**, que apesar de ser um programa cuja existência já data de alguns anos, ainda é pouco conhecido. Através desse programa, o BNH está conseguindo o que pode-se considerar um milagre, que resulta do atendimento a uma faixa realmente de baixa renda, por um sistema que permite, a prazo muito curto, a alteração completa do quadro. Ele se baseia, fundamentalmente, na venda ao usuário de um terreno urbanizado. Ou seja nesse terreno, já constam os fundamentos da nova habitação, a energia elétrica, a água e o esgoto. Tudo numa instalação muito simples, e que, obrigatoriamente, já consta do próprio terreno. A remoção do aglomerado, ou da invasão se faz com a participação do agente do BNH, seja a Cohab ou a SHIS. Então a família se instala nesse lote, contando com aquele embrião, de serviços fornecidos rudimentarmente, mas na sua essência.

Antes da remoção, a família já é proprietária do terreno. O sistema de pagamento é totalmente de acordo com sua capacidade. Podemos dizer



O secretário do Governo, Renan D'Ávila Duarte, diz que não adianta remover os favelados para outros locais sem lhes assegurar fontes de emprego

que ele se inicia com uma prestação em torno de 9% do salário e decorrendo seis meses essa prestação, ao invés de subir, diminui, e se situa em torno de 6%. A partir do sexto mês, terminou a instalação provisória e começa a construção da nova moradia, baseada em uma nova concepção, em que o BNH, em vez de entregar a casa pronta através de uma das suas companhias financia o material de construção. É a própria família, num sistema familiar, complementado pelo chamado mutirão, que é a experiência que tem mais se ajustado a esse processo, vai lentamente construir a sua nova moradia.

Através desse processo, se obtém vários resultados de valor extraordinário. Primeiro, a família que antes mesmo da remoção adquiriu seu terreno e já está pagando por ele, adquire um senso de propriedade que faz com que ela valorize a nova situação. Ao iniciar a construção, a família inicia simultaneamente um processo educativo, para assimilar o novo tipo de moradia. E, contrariamente a esses projetos de obras feitas, que são todos iguais, e tendem, a partir do momento da ocupação a sofrer uma seria deterioração, porque o usuário não adquiriu a justa noção do que aquilo representa na sua própria vida, ele passa, antes mesmo de absorver o benefício da nova moradia, a se tornar uma espécie de predador daquilo que está sendo repassado. Em vez de servir para promoção do indivíduo e da família, serve muitas vezes, a um efeito contrário.

As casas não têm a mesma planta. São deliberadamente diversificadas. Todas com acompanhamento técnico do BNH, mas dando liberdade de ampla escolha do tipo de habitação e até mesmo, admitindo projetos próprios do morador, desde que estes projetos estejam enquadrados dentro de certos parâmetros técnicos que convêm ser preservados. Então o indivíduo constrói sua casa na forma que deseja, e aparecem aí os requintes, os cuidados na pintura, no ajardinamento e, no próprio usuário. A família passa a policiar a sua casa e a sua vizinhança com o cuidado de que criou algo que está lhe trazendo um benefício real.

O que me chama particularmente a atenção nesse projeto é que, após o início da construção da casa e da consequente amortização do material adquirido, o valor da prestação nunca excede aqueles 9% que iniciaram a compra do terreno.

JBr — E qual seria o preço médio desses lotes?

RENAN — Bem, as situações não seriam nunca idênticas em todas as partes do país, porque o terreno tem valores diferentes nas diferentes áreas, e é um dos itens que vão pesar na compra de um imóvel. Mas o BNH

tem usado expedientes muito bem imaginados. Por exemplo, se ele necessita de uma determinada área para atender a determinado aglomerado muitas vezes desapropria uma área maior do que aquela de que necessitaria para aquele aglomerado, mas cria dois tipos de habitação. Esse primeiro tipo, para a baixa renda e um projeto contíguo para a renda média, de modo que quem tem maior poder aquisitivo possa contribuir para o barateamento do terreno do outro.

JBr — Então os terrenos não são padronizados.

RENAN — Não, e há uma espécie de compensação, distribuindo um pouco o ônus da compra total do terreno. Mas isso tem sido feito de tal forma que aqueles que vão pagar mais pelo seu terreno, são beneficiados através de outras formas de benefício. Vamos dizer, maior proximidade dos centros de lazer, do centro comercial. E um processo muito bem idealizado, porque não só muda o aspecto moradia mas também o aspecto familiar. Nesses aglomerados iniciais, existem normalmente aqueles antros de vícios e prostituição. Pois bem, nos novos aglomerados, a observação praticamente unânime em todos os projetos deste tipo desenvolvidos pelo BNH, do policiamento da própria população, evitando que aqueles focos voltem a se reproduzir. E até as casas de prostituição anteriormente existentes, a comunidade se mobiliza no sentido de que as mulheres que se dedicavam aquela atividade passem a exercer uma outra função. E aparecem cabeleireiras, costureiras, manicures, que abandonaram o que faziam antes.

É evidente que este tipo de habitação, que convém aquela camada de menor renda, nem sempre será adotado para outras camadas, mas para aquela que é justamente o problema crucial, aí está, me parece, uma contribuição muito valiosa. E nós teremos, em breve, oportunidades de implantarmos este programa aqui em Brasília, removendo alguns problemas já existentes.

JBr — Temos aqui no DF várias invasões como Vila Buritis, Vila Paranoá, e outras. Caso esse projeto venha a ser aprovado, qual seria a área prioritária para sua implantação?

RENAN — Devemos ter duas coisas em mente. Primeiro o interesse de se fazer a remoção, mas com o cuidado de que isto não acarrete aquilo que tem sido quase uma constante: novamente acender o fluxo migratório, provocando novas invasões. Então tem que haver um estudo bem programado, de modo que, a uma remoção feita, não corresponda a reacendimento do fluxo migratório. Há ainda outro aspecto: não só interessa

a remoção como a fonte de emprego, de modo a dar estabilidade à família que se reassenta. Não basta darmos uma nova casa a todas as invasões, é preciso verificar se as pessoas que foram realojadas terão como se manter.

Este problema de emprego, que tem sido fundamentado em Brasília na construção vai sofrer neste particular um agravamento, pois os projetos que têm sido abundantes para absorver mão-de-obra, a tal ponto que o item da construção civil absorve 16% da mão-de-obra, esse item tendo naturalmente, como o estancamento do crescimento de Brasília, que é uma meta óbvia, vai sendo, progressivamente diminuído. Então caberá também ao governo buscar novas fontes de mão-de-obra. Podemos enumerar algumas delas que vão contribuir, como o desenvolvimento do setor terciário. O comércio de Brasília ainda grandes possibilidades de expansão, inclusive o próprio comércio de materiais de construção. Algumas indústrias de tijolos, cimento etc. E temos que buscar sempre a melhoria da prestação de serviços, que também vai permitir absorção de mão-de-obra.

Então a conjugação da ampliação do comércio, criação de novas indústrias, melhoria de serviços e melhoria do aspecto da agroindústria, na área que circunda Brasília, vai absorver parte desses 16% atualmente canalizados para a construção civil. E o restante, que não for absorvido, já que essa absorção será bem menor, é possível que daqueles que se dedicam a essa atividade, se consiga absorver uns 5% ou 6%. Os restantes naturalmente vão se orientar para novas fontes de trabalho.

JBr — Mas há alguma área que poderia servir para experiência do projeto?

RENAN — Eu acho que existem várias áreas capazes de proporcionar o que se poderia chamar de experiência-piloto, com vistas ao desenvolvimento do programa. Poderia citar uma que impressiona creio que a todos e que me impressionou logo que cheguei a Brasília, ver ao lado da imponente arquitetura e do urbanismo, já bem na entrada da cidade, próximo ao aeroporto, já no início do eixo, aquele aglomerado denominado Vila Divinéia. Ele tem características que talvez o leve a ser prioridade na remoção. Porque se trata de um aglomerado relativamente pequeno e que está evidentemente mal situado.

JBr — Segundo a revista ISTO É, o ex-presidente da Fundação Hospitalar do Distrito Federal teria gasto a verba de gastos de consumo destinada

a todo ano de 1979. Como o GDF fará para repor essa verba?

RENAN — Bem, esse problema para ser melhor respondido, precisaria naturalmente do concurso da própria Secretaria de Saúde, onde se prestaria esclarecimentos pertinentes ao assunto. O que eu poderia aduzir ao que ele venha esclarecer sobre o assunto, é que de um modo geral, todos os equipamentos do DF são excessivamente pressionados. Esta é, vamos dizer, uma das grandes tragédias com que nos defrontamos presentemente. É notório que a rede hospitalar tem sofrido, talvez mais que os outros setores, os reflexos dessas pressões. E assim muito difícil, quase impossível, ser feito com antecedência, uma avaliação realística do material necessário a atender o funcionamento dos hospitais, dado que a pressão se exerce de uma forma indiscriminada, num crescimento exagerado, e portanto, aí é que será encontrado o principal motivo para que os orçamentos no setor de atendimentos médicos não estejam sempre aquém dessa necessidade.

JBr — E o GDF tem condição de repor essa verba?

RENAN — E um dos setores prioritários, porque não se pode abandonar a saúde pública. Mas, também, o problema não se cinge a reposição de verbas, mas ainda no melhoramento de todo o sistema. E creio que todos têm acompanhado os esforços que a Secretaria de Saúde vem desenvolvendo neste particular. Está lançando neste momento, um projeto que já tem sido amplamente divulgado e que posso dizer que tem merecido tal acolhida na área federal, que hoje é um projeto que está sendo difundido por todo o país, e já com seguimento em várias áreas. Pois bem, através desse projeto, a Secretaria de Saúde pretende estabelecer uma rede de 40 pontos para atendimento de emergência e triagem. Com esse expediente, vamos verificar que os hospitais vão ter seu funcionamento muito mais ordenado, muito mais regularizado, e será possível até fazer-se uma previsão orçamentária de modo a haver um funcionamento sem esses constantes fatores de perturbação.

JBr — Qual será o papel das miniprefeituras na administração do DF?

RENAN — Devo dizer que as miniprefeituras não estão sendo, no momento uma preocupação prioritária. Não que elas não mereçam maior atenção. E que a atenção de todos os órgãos do governo está voltada para problemas bem mais prementes. Mas posso dizer que a miniprefeitura concebida como uma participação comunitária auxiliando portanto o governo na tarefa de zelar

pela propriedade pública e mesmo a privada, a miniprefeitura tem um alto sentido. Gostaria de lembrar que o espírito comunitário que está sendo constantemente reclamado em nossas vilas populares pode e deve permanecer também em qualquer setor da cidade. E através da miniprefeitura o que está se buscando é esse tipo de participação. Não foi dado ainda maior atenção ao assunto, como disse, porque há outros assuntos de prioridade mais elevada. Mas chegará a ocasião em que teremos de nos voltar para ele, porque representa uma contribuição valiosa à administração.

JBr — Vários setores se manifestaram a favor de uma representação política para Brasília. Como o GDF está vendo isso?

RENAN — Não me sinto inteiramente à vontade para dar no momento uma opinião definitiva sobre isso. Mas eu diria que ainda não senti necessidade de um suporte político para condução dos problemas do Distrito Federal. Nós temos para suprir essa lacuna, nossa subordinação, vamos dizer, em termos políticos à Comissão do Senado Federal. Isso tem sem mostrado plenamente satisfatório às necessidades que o DF poderia ter neste particular. Sendo ela uma entidade eminentemente administrativa me parece que não deva ser algo de caráter indiscutível. Seria algo para ser melhor pensado, mas não vejo, sinceramente, razões que aconselhem uma preocupação desde já neste particular.

JBr — O senador oposicionista Lázaro Barbosa tem um projeto autorizando a construção, pelo GDF, de um monumento em homenagem ao ex-presidente Juscelino Kubitschek. O senhor acredita que o governo prestaria essa homenagem a JK?

RENAN — Eu não poderia responder a esta pergunta em nome do governo, porque envolve um aspecto decisório que eu não poderia tentar, de modo algum, resumir. Agora, em termos exclusivamente pessoais, acredito que seja uma homenagem justa, porque o presidente JK foi aquele que impulsionou um projeto extraordinariamente bem feito, teve o arrojo, a pertinência e a coragem mesmo, para cumprir um projeto dessa magnitude. Creio que, por isso, ele merece o reconhecimento de todos os cidadãos de Brasília.

JBr — O governo atual enfrentou a primeira greve realizada em Brasília desde 1964 e, além disso, foi divulgado um déficit, deixado pela administração anterior, da ordem de 2 bilhões de cruzeiros. Isso causou dificuldades no relacionamento do governo com a comunidade?

RENAN — Não, absolutamente. A existência desse déficit que dado lugar já a bastante especulação, volto a dizer, tem que ser encarada em seus devidos termos. A maior parte do déficit, como já foi dito anteriormente, resulta do déficit numa rubrica, que é pessoal. E grande parte desse déficit é explicado justamente porque no orçamento do DF não está inserido o percentual do aumento de vencimentos que ocorre de janeiro a março, situado esse ano ao redor de 40% já ocasiona um déficit. E como já tendo dito em outras oportunidades, muitas vezes, a melhoria de um determinado serviço ou a ampliação de um determinado setor acarreta o reflexo na rubrica pessoal. Por exemplo, o projeto de 15 mil casas em Taguatinga, vai necessitar de um conjunto de unidades escolares. Então, um programa habitacional acarreta uma série de problemas correlatos. Consequentemente, há a contratação de novos professores. E preciso, depois, atender a novas necessidades, tais como segurança pública, com novos policiais, e uma série de serviços que são necessários, acarretando aumento de pessoal. Então veja bem, a solução de um problema meramente material, ou seja, a construção de um conjunto habitacional, com verbas que já estão contidas no orçamento, tem sempre reflexo na área de pessoal.